



Moçambique

Director: MENDES JOSÉ MUTENDA • Nº 575 • Quarta-feira, 28 de Janeiro de 2026 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



O percurso inspirador de Luísa Diogo

DA MACHAMBA AOS MAIS ALTOS CARGOS DO ESTADO

- Luísa Diogo tornou-se a primeira Mulher a chefiar o Executivo na história de Moçambique
- Sua nomeação ao cargo de Primeira-Ministra ficou gravado para sempre nos acontecimentos do País

Págs.4-5



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS

O Conselho de Ministros realizou, no dia 27 de Janeiro de 2026, na Cidade de Xai-Xai, Província de Gaza, a sua 2.^a Sessão Ordinária.

A realização da Sessão do Conselho de Ministro na Cidade de Xai-Xai teve como objectivo principal prestar apoio e solidariedade às vítimas das cheias e inundações, aferir, no local, os danos causados às infra-estruturas públicas e privadas, bem como seu impacto sócio-económico e estabelecer as directrizes para o Plano Global de Reconstrução Pós-Cheias.

O Governo constatou, segundo dados preliminares, entre outros, os seguintes principais impactos das cheias e inundações registadas de 9 a 26 de Janeiro de 2026:

- População afectada: 692.522 pessoas, 151.962 famílias, 12 óbitos, 45 pessoas feridas e 4 desaparecidas;
- Infra-estruturas afectadas: 3.447 casas parcialmente destruídas, 771 casas totalmente destruídas, 229 unidades sanitárias e 1336,50 Km de estradas.

Tendo em conta, nomeadamente, que ao nível nacional 431 unidades escolares foram afectadas, 281 salas de aulas estão destruídas totalmente, 80 escolas são centros de acolhimento, 218 escolas se encontram sitiadas, 167 sanitários foram destruídos (87 parcialmente e 82 totalmente), 427.289 alunos e 9.204 professores foram afectados, o Conselho de Ministros, decidiu adiar o início do ano lectivo, em todo território nacional, para o dia 27 de Fevereiro de 2026.

Com vista a assegurar o funcionamento adequado dos Centros de Acomodação e garantir o acesso contínuo à água potável e energia eléctrica, o Conselho de Ministros decidiu:

- Anular as dívidas de consumo de água nas escolas que funcionam como Centros de Acomodação, do período de Outubro à Dezembro de 2025 e isentar do pagamento os consumos das escolas que funcionam como Centro de Acomodação, no período de Janeiro a Março de 2026;
- Substituir os contadores pré-pago por contadores pós-pago nas escolas que funcionam como Centros de Acomodação, a ser paga pela Electricidade de Moçambique, Empresa Pública.

O Conselho de Ministros decidiu ainda aprovar o Decreto atinente ao levantamento da suspensão da actividade mineira à seis titulares de direitos mineiros que tenham comprovado progressos substanciais e verificáveis na correcção das irregularidades legais, ambientais, laborais e operacionais e revoga o artigo 2 do Decreto n.º 49/2025, de 16 de Dezembro.

Xai-Xai, 27 de Janeiro de 2026

MOÇAMBIQUE CURVA SUA BANDEIRA EM HONRA À MULHER QUE ESCULPIU A HISTÓRIA DA NAÇÃO



Sua nomeação ao cargo de Primeira-Ministra ficou marcado para sempre na história do País

Texto: Vasco Mazive e Neide Nhone

Moçambique curva-se com o coração dolorido diante da mulher que abriu caminhos na história nacional e dobra a sua bandeira assinando o luto que cobre a todos os Moçambicanos, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Índico e na diáspora.

A vénia foi prestada na última sexta-feira (23), em elogio fúnebre proferido pelo Presidente da República, Daniel Chapo, na cerimónia das exéquias da antiga Primeira-Ministra de Moçambique, Luísa Dias Diogo,

cujos restos mortais foram sepultados na cidade de Maputo, no cemitério de Lhanguene.

Na mensagem, Chapo recordou que, muito antes do advento do multipartidarismo no país, período em que a emancipação feminina e o reconhecimento do papel da mulher constituíam ainda grandes desafios, Luísa Diogo já se destacava pela sua competência, disciplina, dedicação, responsabilidade, elevado sentido de missão e profundo amor ao próximo. Foi nesse contexto que Diogo acabou por ser distinguida, por três vezes, com o Prémio de Emulação Socialista, em reconhecimento do seu mérito e do seu firme compro-

misso com o serviço público.

Segundo o Chefe de Estado, no contexto da nova etapa democrática, marcada pelas primeiras eleições gerais de 1994, Luísa Diogo viria a ser nomeada para o cargo de Vice-Ministra do Plano e Finanças, tornando-se numa das poucas mulheres a fazer parte do executivo moçambicano.

Na sequência do segundo mandato do antigo Presidente da República, Joaquim Chissano, Diogo assumiu o cargo de Ministra do mesmo pelouro, entre 2000 a 2004, tendo sido distinguida pela revista *The Banker* com o título de Ministra das Finanças do Ano, em 2004. "Liderou negociações para o

alívio e perdão da dívida, como a Iniciativa para os Países Altamente Endividados e Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida. Participou em programas para mobilizar apoio internacional, incluindo o Plano de Combate à Pobreza e à Fome", destacou Chapo.

O Presidente Chapo, sublinhou que, ainda em Fevereiro de 2004, a História chamou-lhe para um lugar que ficaria gravado para sempre na ordem cronológica dos acontecimentos do país: Luísa Diogo foi indicada para o cargo de Primeiro-Ministro, e tornando-se, assim, a primeira mulher a dirigir o Governo na história de Moçambique.



Luísa Diogo tornou-se numa das poucas mulheres a fazer parte do executivo moçambicano

Mais tarde, já no primeiro mandato do terceiro Presidente da República, Armando Guebuza, continuou a exercer a função de Primeira-Ministra até Janeiro de 2010.

Entretanto, durante o seu mandato, a antiga Primeira-Ministra, destacou-se pela aposta na igualdade de género

e no empoderamento das mulheres, incluindo o lançamento da Rede de Mulheres Ministras e Parlamentares, reforçando a advocacia e o lobby em favor da legislação promotora da igualdade de género no mundo.

Luísa Diogo, economista e política, nasceu a 11 de abril de 1958 na província de Tete, filha

de um enfermeiro e uma mãe doméstica. Luísa Diogo fez os seus estudos em Tete; posteriormente, em Maputo, onde frequentou o curso de contabilidade no Instituto Comercial em 1979. Ocupou vários cargos no governo, tendo sido Ministra do Plano em Finanças entre 1999 a 2005. Em Fevereiro de 2004,

foi nomeada Primeira Ministra, tendo acumulado as funções com as de Ministra do Plano em Finanças.

Em 1983, obteve o bacharelato em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane e concluiu o mestrado em Economia Financeira, em 1992, à distância, pela Universidade de Londres.

Em 1980, foi admitida no Ministério das Finanças como Técnica do Departamento dos Sectores Económicos e de Investimento. Em 1984, tornou-se chefe adjunta do mesmo departamento.

Dois anos depois, em 1986, foi nomeada chefe de departamento do Orçamento do Ministério das Finanças, entre 1989 a 1992, Directora Nacional do Orçamento. Além de desempenhar vários cargos no governo, foi oficial de programas do Banco Mundial em Moçambique de 1993 a 1994. Ocupou também cargos de topo em várias empresas.

Em 2012, tornou-se presidente do Conselho de Administração do Barclays Bank de Moçambique, actual Absa Bank Moçambique. Em 2018, foi nomeada presidente do Parque Industrial de Bebeluane.

Na área académica, Luísa Diogo lançou, em 2013, o livro intitulado "A Sopa da Madrugada", que retrata as memórias dos bastidores da governação em Moçambique.

Entre 1994 e 2009, foca-se nos desafios pós-guerra, reformas económicas e o papel da mulher na governação. Foi membro sênior da Frelimo, onde chegou a ser pé-candidata nas eleições internas da Frelimo em 2014, tendo sido vencida na segunda volta pelo ex-presidente da República, Filipe Nyusi. Luísa Diogo perdeu a vida aos 68 anos de idade, vítima de doença.

FIGURAS DE DESTAQUE EXALTAM LUÍSA DIOGO COMO ÍCONE DE PATRIOTISMO E LIDERANÇA FEMININA

Membros do antigo Governo moçambicano destacaram o legado político, humano e patriótico da antiga-primeira-ministra, Luísa Diogo, considerando-a uma referência incontornável da governação e um exemplo inspirador para as futuras gerações, em particular para as mulheres.

Intervindo num momento de evocação da sua vida e percurso, o antigo primeiro-ministro Aires Ali, que integrou o Governo durante o mandato do Presidente Armando Guebuza, sublinhou a influência directa que Luísa Diogo teve na sua formação política e institucional. Segundo afirmou, trabalhou sob a sua liderança durante cinco anos, quando exercia funções de ministro da Educação e Cultura, período que lhe permitiu aprender o seu método de trabalho e a sua forma de servir o Estado.

"Ela foi minha chefe durante cinco anos e deu para apren-



Aires Ali destacou o papel decisivo de Luísa Diogo na condução das relações institucionais e diplomáticas do país

der como trabalhava, mesmo sem saber que um dia eu viria a ser primeiro-ministro", recordou Aires Ali, acrescentando

que, após a sua nomeação para o cargo, continuou a beneficiar da orientação e experiência da então ex-governante.

O antigo primeiro-ministro destacou ainda o papel decisivo de Luísa Diogo na condução das relações institucionais e diplomáticas do país, num contexto em que Moçambique procurava mobilizar apoios externos. "Ensinou-me os corredores do poder e, sobretudo, como trabalhar com o corpo diplomático. Foi uma fase em que conseguimos angariar muitos apoios e fundos para Moçambique, e a experiência dela foi extremamente valiosa", afirmou.

Para Aires Ali, o traço mais marcante da ex-primeira-ministra foi o seu profundo sentido de patriotismo, valor que considerou essencial para a construção do Estado e do de-

seenvolvimento nacional. "Esteve sempre preocupada em servir o país. O patriotismo permite ir buscar reservas dentro de cada um de nós e desenvolver capacidades que muitas vezes desconhecemos", disse, referindo que Luísa Diogo conseguiu superar a sua reconhecida inteligência através do compromisso com a causa nacional.

Na mesma ocasião, membro sénior da FRELIMO, Óscar Monteiro, associou-se às homenagens, sublinhando que o pensamento e a acção política de Luísa Diogo nem sempre foram compreendidos de forma imediata, mas acabaram por ser reconhecidos por aqueles que com ela trabalharam de perto. "Por nós que estávamos ali perto, ela foi entendida. Nem sempre logo, mas acabou por ser", afirmou.



As acções políticas de Luísa Diogo nem sempre foram compreendidas

Dizem os antigos presidentes do país

“ACEITOU O DESAFIO POR PATRIOTISMO E DEIXOU UM LEGADO DE RESILIÊNCIA”



Superou os desafios



Mostrou que ama o país



Era uma dádiva

Texto: Virgínia Chemane

Os antigos Presidentes da República de Moçambique, Joaquim Chissano e Armando Guebuza, afirmaram esta sexta-feira (23), em Maputo, que a antiga Primeira-Ministra, Luísa Diogo, falecida recentemente, aceitou integrar o Governo por elevado sentido patriótico, deixando como principal legado a resiliência e a dedicação ao serviço do país.

Joaquim Chissano recordou o momento em que Luísa Diogo foi convidada para integrar o Governo, afirmando que ela própria questionou a sua capacidade inicial. “Ela olhou para o seu

tamanho e disse que não cabia naquele governo”, disse, acrescentando que foi o “crer patriótico” e a percepção de que a pátria a chamava e aceitou o chamado.

Segundo Chissano, apesar de ter demonstrado reservas em aceitar, Luísa Diogo superou os desafios. “Apesar desse tamanho, cresceu, cresceu e continuou a crescer”, afirmou, sublinhando que o seu legado é marcado pela resiliência e pela entrega.

O antigo chefe de Estado referiu ainda que, o legado de Luísa Diogo se estende a vários domínios. “O legado em vários níveis. Nível familiar, parlamentar e também económico”, disse, defendendo que o seu percurso e os seus conselhos devem ser

estudados.

Por sua vez, Armando Guebuza destacou Luísa Diogo como uma mulher de elevado valor humano e político, que demonstrou, através da sua obra, um profundo amor pela pátria. “Mostrou que ama o país e que é possível realizar muitas acções positivas para melhorar a nossa situação”, afirmou.

Sobre os desafios nacionais, Guebuza reconheceu que estes continuarão a existir, mas defendeu que não devem ser encarados com receio. “Com coragem e convicções de uma pessoa como Luísa Diogo, não teremos medo dos desafios”, concluiu.

Questionado sobre o papel da mulher na sociedade, Guebu-

za afirmou que esta deve manter-se fiel à sua identidade. “Não deve deixar de ser mulher”, disse, defendendo o seu papel na educação da família, no trabalho e como exemplo para encorajar outras mulheres também a participarem activamente na luta pela melhoria das condições da nossa sociedade.

Para Felipe Nyusi, Luísa Diogo ascendeu ao poder por meritocracia e durante o seu mandato respeitava a hierarquia.

“Ninguém da família de Luísa ascendeu ou cresceu por nepotismo, mas sim por meritocracia. E é isso que ela muito defendia, um valor fundamental para os que estavam à frente de alguma organização”.

LAURA SILVA DESTACA IMPACTO DA EDUCAÇÃO E DO SERVIÇO PÚBLICO NA TRAJECTÓRIA DA MÃE



Apesar da dor da perda, a família encontra conforto na fé e no orgulho por uma vida vivida com sentido

Texto: Neide Nhone

A filha da antiga Primeira-Ministra de Moçambique, Luísa Dias Diogo, Laura Silva, destacou o legado de serviço público, fé cristã, sacrifício pessoal e compromisso com a educação deixado pela mãe, durante a cerimónia fúnebre realizada em sua homenagem.

No seu discurso, Laura Silva descreveu Luísa Diogo como uma mulher movida por um forte sentido de missão, sublinhando que, para a sua mãe, a liderança nunca foi sinónimo

de poder, mas de responsabilidade, entrega e serviço ao bem comum. "A nossa mãe viveu para servir: o seu povo, a sua família e a Deus", afirmou.

Segundo a filha, uma das últimas mensagens deixadas por Luísa Diogo aos filhos foi a palavra "cumprir", entendida como cumprir o dever com correção, amor e integridade. Para Laura Silva, esta orientação resume a forma como a antiga governante conduziu a sua vida pessoal e profissional.

Durante a intervenção, foram recordados episódios marcantes do percurso académico e profissional de Luísa Diogo, incluindo o facto de ter conciliado a maternidade com os estudos

na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, bem como com funções de elevada responsabilidade no então Ministério das Finanças. Laura Silva destacou ainda o espírito de sacrifício da mãe, referindo longas jornadas de trabalho, viagens internacionais exigentes e decisões tomadas longe da visibilidade pública.

A filha sublinhou, igualmente, o papel de Luísa Diogo após a sua passagem pelo Governo, destacando a continuidade do seu contributo ao país e à comunidade internacional, como presidente do conselho de administração do ABSA Moçambique, da Global Alliance Seguros e como conselheira no Pro-

grama de Liderança Ministerial da Universidade de Harvard.

Laura Silva deu também ênfase à dimensão humanista de Luísa Diogo e ao seu empenho, nos últimos anos, na fundação que criou, centrada na promoção da educação, dignidade e da autonomia, valores que, segundo afirmou, a mãe considerava essenciais para o desenvolvimento humano.

No plano familiar, a filha recordou Luísa Diogo como mãe, esposa e avó dedicada, salientando a parceria de vida com o marido, Albano Silva, e o carinho especial que nutria pelos netos. "Foi muitas coisas para muitas pessoas, mas talvez o título que mais lhe aquecia o

coração fosse o de avó", referiu.

Laura Silva concluiu afirmando que, apesar da dor da perda, a família encontra conforto na fé e no orgulho por uma vida vivida com sentido, deixando um legado que continuará vivo através dos valores que Luísa Diogo transmitiu à família, às instituições e ao país.

Essa dimensão foi igualmente destacada pelo Presidente do Conselho de Administração do Absa Bank Moçambique, Víctor Gomes, que descreveu Luísa Diogo como uma líder ímpar, referência ética e inspiração duradoura. Segundo o responsável, enquanto presidente do Conselho de Administração do banco, Luísa Diogo elevou o nível dos debates estratégicos, trazendo clareza, equilíbrio, humanidade e sentido de missão às decisões da instituição.

Víctor Gomes realçou que cada orientação deixada por Luísa Diogo era marcada por empatia, escuta activa e um genuíno interesse pelo desenvolvimento das pessoas, valores que, segundo afirmou, perma-



A nossa mãe viveu para servir: o seu povo, a sua família e a Deus

necerão como herança institucional.

O responsável sublinhou ainda a crença da antiga gover-

nante na força das pessoas, na transformação de desafios em oportunidades e na união em torno de objectivos comuns.

Em nome do Grupo Absa e dos trabalhadores do banco, o responsável assumiu o compromisso de preservar a visão, o rigor e o sentido de serviço de Luísa Diogo, transformando esses valores em decisões responsáveis, liderança consciente e impacto positivo no desenvolvimento do país.

Dirigindo-se à família Diogo e Silva, o PCA do Absa reconheceu que nenhuma homenagem pública traduz a dimensão da perda, mas assegurou que o legado de Luísa Diogo vive nas pessoas que inspirou, nas portas que abriu e nas histórias que ajudou a escrever com coragem, dignidade e propósito.

Luísa Dias Diogo é lembrada como uma referência nacional de ética, serviço público e liderança humana, cujo exemplo continuará a inspirar Moçambique.



O Grupo Absa vai preservar a visão, o rigor e o sentido de serviço de Luísa Diogo

AMECOM HOMENAGEIA LUÍSA DIAS DIOGO E DESTACA LEGADO NA ECONOMIA MOÇAMBICANA



AMECOM reafirmou o compromisso de preservar e honrar o legado de Luísa Dias

Texto: Isaura Joannis

A Associação Moçambicana de Economistas (AMECOM) prestou homenagem à economista e ex-Primeira-Ministra de Moçambique, Luísa Dias Diogo, destacando o seu papel determinante na construção do pensamento económico, na governação pública e no desenvolvimento do país.

A mensagem foi apresentada pelo presidente da AMECOM, Pedro Frederico Cossa, numa cerimónia que contou com a presença do Presidente da República, Daniel Francisco Chapo, membros das famílias Diogo e Silva, bem como diversas personalidades da vida política, académica e social.

Na sua intervenção, a associação afirmou que a morte de Luísa Dias Diogo representa uma perda estrutural para o Estado moçambicano, considerando-a um capital intelectual raro, formado ao longo de décadas de serviço público e compromisso com o desenvolvimento nacional.

Economista de reconhecido mérito, Luísa Dias Diogo defendeu uma política económica orientada não apenas por indicadores macroeconómicos, mas também pela melhoria das condições de vida da população, redução da pobreza, estabilidade social e fortalecimento das instituições públicas.

Ao longo da sua carreira, destacou-se pelo domínio do equilíbrio fiscal, sustentabilidade da dívida pública, eficiência da despesa e coordenação ma-

croeconómica, sempre aliadas aos princípios de equidade e inclusão social. A sua trajetória esteve ligada a momentos decisivos da economia moçambicana no período pós-independência.

Enquanto técnica e dirigente do Ministério das Finanças, contribuiu para o reforço da capacidade do Estado em planear e gerir políticas macroeconómicas. Como Ministra do Plano e Finanças, desempenhou um papel central na consolidação da disciplina orçamental e no diálogo com parceiros internacionais. Já como Primeira-Ministra, liderou o Governo num período de crescimento económico, promovendo reformas orientadas para a modernização do Estado e o desenvolvimento humano.

A AMECOM destacou ainda

o seu contributo na interação com instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, defendendo a soberania das decisões económicas de Moçambique e reforçando a credibilidade do país no cenário internacional.

Reconhecida pelo rigor técnico, ética e capacidade de decisão, Luísa Dias Diogo é também lembrada como uma referência feminina que rompeu barreiras institucionais e inspirou várias gerações de economistas e jovens profissionais.

No final da homenagem, a AMECOM reafirmou o compromisso de preservar e honrar o seu legado, promovendo uma economia assente no rigor analítico, responsabilidade fiscal, justiça social e ética na governação.

PR DÁ PRIMAZIA ÀS VÍTIMAS DAS CHEIAS EM DETRIMENTO DO 56º FÓRUM ECONÓMICO MUNDIAL



Governo central conferiu prioridade absoluta a protecção da vida humana

O Presidente da República, Daniel Chapo, conferiu prioridade a assistência directa das populações afectadas pelas cheias severas no País, em detrimento da sua participação na 56ª Reunião Anual do Fórum Económico Mundial, em Davos, prevista para os dias 19 a 23 deste mês.

A determinação do Chefe do Estado ocorre num contexto em que o País vem sendo fustigado por chuvas intensas e persistentes que tem vindo a cair nas últimas semanas, sobretudo nas regiões Sul e Centro do País, e que forçaram o Executivo a

activar o "Alerta Vermelho" a 16 de Janeiro do ano corrente.

Face ao agravamento do quadro no terreno, Daniel Chapo, entendeu ser prioritário reforçar, a partir do território nacional, a liderança política, a coordenação institucional e a resposta integrada do Estado às necessidades imediatas dos cidadãos afectados.

Assim, o Governo Central preferiu manter como prioridade absoluta a protecção da vida humana, a assistência às famílias em situação de vulnerabilidade, a salvaguarda de infra-estruturas essenciais e a preparação das acções de re-

cuperação e reconstrução das zonas atingidas pelas cheias.

Com esta decisão, o Presidente da República reafirmou uma liderança assente na responsabilidade, na proximidade com os cidadãos e na articulação entre a acção interna e o compromisso internacional, assegurando que Moçambique responde às emergências nacionais sem abdicar da sua presença activa nos principais fóruns globais.

Não obstante a decisão do Presidente da República de permanecer no País, Moçambique ficou representado na 56ª Reunião Anual do Fórum

Económico Mundial por outras altas individualidades do Estado, assegurando a participação activa do País nos debates e encontros de alto nível, incluindo os que incidem sobre financiamento climático, resiliência às mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e cooperação internacional.

A participação de Moçambique em Davos mantém-se alinhada com a estratégia de Diplomacia Económica do Governo, com enfoque na mobilização de parcerias estratégicas, no reforço do investimento em infra-estruturas resilientes e na captação de apoio inter-

nacional para países altamente expostos aos impactos das mudanças climáticas, como é o caso de Moçambique, em função da sua localização geográfica e vulnerabilidade estrutural.

O Governo, sob coordenação das instituições competentes e através do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), continua a assegurar, no terreno, a resposta humanitária,

a assistência às populações afectadas e a monitoria permanente da situação, em articulação com parceiros nacionais e internacionais.

Foi devido ao agravamento da situação que o Executivo moçambicano, decidiu decretar "Alerta Vermelho", em todo o país, decisão tomada durante a segunda sessão extraordinária do Conselho de Ministros, convocada para avaliar a evolução da situação hidrológica

nacional, com maior incidência na cidade e província de Maputo, bem como nas províncias de Gaza, Inhambane, Sofala e Manica.

Segundo o porta-voz do Governo e também Ministro da Administração Estatal e Função Pública, Inocêncio Impissa, a activação do alerta vermelho visou assegurar uma coordenação centralizada na resposta imediata aos desastres, reforçar a mobilização de meios a di-

ferentes níveis e flexibilizar os mecanismos formais de gestão para a rápida implementação das medidas ajustadas ao momento.

O Executivo recomendou ainda a retirada imediata e incondicional das populações que vivem ao longo da bacia do rio Umbelúzi, tendo em conta a previsão de início de descargas pelo facto de a barragem ter atingido perto de 100 por cento da capacidade de enchimento.

CHAPO REAGE AO ALERTA VERMELHO E REALIZA INTERVENÇÃO DIRECTA NAS ZONAS INUNDADAS

O Presidente da República, Daniel Chapo, não ficou indiferente face ao Alerta Vermelho, tendo deixado o gabinete para se deslocar as zonas mais críticas, transformando a visita de monitoria num acto de assistência humanitária imediata aos centros de acolhimento provisórios, com a entrega de toneladas de alimentos não perecíveis, com destaque para mais de 200 sacos de arroz.

Além de mobilizar apoio de parceiros para suprir as necessidades dos centros de acolhimento, o Chefe do Estado estabeleceu uma directiva clara de evacuação preventiva nas bacias hidrográficas sob risco de descarga, priorizando a salvaguarda de vidas e a viabilização de projetos de drenagem estruturantes para as áreas mais fustigadas pelas inundações.

Durante o périplo, o estadista escalou a província e cidade de Maputo, concretamente nos bairros de Nkobe e Liberdade; e o bairro de Hulene, para se inteirar pessoalmente dos danos em infra-estruturas públicas e o grau de sofrimento das comunidades isoladas pelas águas.



PR e Gueta Chapo transmitem mensagens de proximidade às vítimas na Matola

Ao chegar ao Centro de Acolhimento instalado no Instituto Industrial e Comercial da Matola, o Chefe do Estado procurou transmitir uma mensagem de proximidade e compreensão perante a crise cíclica que o país atravessa.

"Nós viemos visitar-vos

para saber como é que estão acomodados temporariamente aqui. Estamos solidários convosco, pois, este é o cenário que se vive sempre que chegam os meses de Janeiro, Fevereiro e Março", afirmou.

Como resposta prática às necessidades imediatas, foi

formalizada a entrega de bens alimentares de cerca de 200 sacos de arroz para garantir a sobrevivência das famílias nos centros de alojamento. "Vamos continuar a mobilizar mais recursos, continuar a mobilizar mais parceiros para que possam continuar a apoiar, princi-

palmente em alimentação não perecível", reiterou.

Ao encerrar a jornada nestas localidades, o Presidente Chapo enalteceu o espírito de

colaboração entre a população local e as autoridades municipais na abertura de canais de drenagem.

"Estamos bastante satisfei-

tos pela informação que o nosso Presidente do Município da Matola nos deu agora, de que há muita colaboração por parte da população do bairro Nkobe",

destacou, concluindo que o sucesso dos projetos futuros para o escoamento das águas dependerá da união da colaboração das comunidades.

CHAPO LIDERA ACÇÕES DE RESGATE E SALVA 12 CIDADÃOS EM CHÓKWÊ



Daniel Chapo orientou a retirada dos bancos da aeronave para o resgate de cidadãos

Saindo de Maputo, o Chefe de Estado, sobrevoou às zonas gravemente afectadas pelas cheias e inundações na província de Gaza, com destaque para os distritos de Chókwê, Guijá e Massingir, com o objectivo de reforçar acções de socorro às populações sitiadas naquela província.

Durante a missão aérea, o Governante deparou-se com cerca de doze pessoas refugiadas no capote de uma viatura de transporte semi-colectivo, que ficaram isoladas por dois dias devido a fúria das águas, no distrito de Chókwê.

Daniel Chapo orientou a tripulação a aterrar num recinto de armazém nas proximidades e determinou a retirada dos bancos da aeronave para permitir o resgate imediato dos cidadãos

em perigo, num gesto de elevado humanismo e solidariedade.

"Não podíamos ignorar aquela situação. Vimos pessoas encurraladas há dias, sem comida e sem abrigo. Era nosso dever agir de imediato para salvar vidas", afirmou o PR.

Após o resgate, o Chefe do Estado manteve um diálogo directo com os cidadãos socorridos, que relataram ter permanecido naquele local por cerca de dois dias, em condições de grande incerteza. As populações manifestaram a sua profunda gratidão ao Presidente da República pelo gesto de apoio e pela atenção demonstrada num momento de grande aflição.

O Presidente fazia-se acompanhar pela Primeira-Dama da República, Gueta Chapo, que

prestou assistência às crianças nos centros de reassentamento, amparando-as e transmitindo mensagens de conforto às famílias afectadas pelas cheias.

Chapo assegurou que o Executivo, através do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), está a intensificar os esforços para resgatar todas as pessoas ainda isoladas em edifícios e zonas alagadas nos distritos afectados.

"O Governo está a fazer de tudo para salvar todas as pessoas que se encontram em situação de risco. Estamos a mobilizar embarcações, tendas e alimentos, de modo a garantir assistência humanitária às populações atingidas", declarou.

Depois da província de Gaza, o Chefe do Estado seguiu para a

província de Sofala, onde também avaliou de perto os impactos das cheias e inundações, reforçando o compromisso do Executivo em apoiar as comunidades afectadas e assegurar respostas rápidas e eficazes face às calamidades naturais.

Para assegurar o acompanhamento permanente da situação de calamidade que o País vem enfrentando, o Presidente da República optou por orientar a montagem de uma Sala de Operações de Emergência, na Presidência da República.

Assim o Governo Central passa a monitorar em tempo real situações de Emergência de modo a garantir uma resposta célere, eficaz e integrada às necessidades das populações afectadas.

TALAPA APELA ÀS FAMÍLIAS QUE AGUARDEM ORIENTAÇÃO DO GOVERNO PARA REGRESSAR A CASA



A Governante apelou aos deslocadas a não precipitarem o seu regresso às suas zonas de residência

A Presidente da Assembleia da República, Margarida Talapa, apelou às famílias afectadas pelas cheias e inundações, actualmente abrigadas em centros de acomodação, a aguardarem orientações das estruturas competentes antes de regressarem às suas residências.

Talapa fez este pronunciamento recentemente, durante uma visita aos centros de acomodação na província de Gaza, concretamente nos distritos de Chókwe, Guijá e Xai-Xai, onde se deslocou para se solidarizar com as famílias afectadas e encorajar o Governo Provincial e a equipa do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) a prosseguirem com a assistência humanitária em curso.

No informe preliminar apresentado pela governadora da província de Gaza, Margarida Ma-

pandzene, foi referido que o nível das águas na cidade de Chókwe registou uma ligeira descida, facto que tem encorajado algumas famílias acolhidas nos centros de acomodação de Chiaquelane e Javanhane a ensaiarem, numa primeira fase, o regresso às suas casas para realizarem trabalhos de limpeza.

Foi neste contexto que, durante a interação com as famílias alojadas nos centros de acomodação de Javanhane, no distrito de Guijá, e na Escola Secundária Unidade 2 Patrice Lumumba, na cidade de Xai-Xai, Margarida Talapa apelou às famílias deslocadas pelas cheias e inundações a não precipitarem o seu regresso às suas zonas de residência.

"Sabemos que perderam tudo. Sabemos que o que têm aqui no centro não é o mesmo que teriam se estivessem nas vossas casas, mas primeiro é a vida; segundo é a vida; terceiro é

a vida. Quando as condições estiverem criadas, poderão regressar às vossas casas", afirmou Talapa, acrescentando que algumas famílias poderão ser aconselhadas a não regressar às suas zonas de origem, por se tratarem de áreas ciclicamente propensas a cheias e inundações.

A Presidente da Assembleia da República, que se fazia acompanhar por membros da Comissão Permanente, explicou que a visita à província de Gaza tinha como objectivo aferir a situação real no terreno. Este conhecimento permitirá à Assembleia da República interagir com o Executivo e perspectivar mecanismos de assistência mais eficazes às famílias afectadas. "Ficámos profundamente comovidos com a realidade encontrada no terreno e precisamos de encontrar formas de intervenção mais arrojadas", sublinhou.

A Chefe do Parlamento afir-

mou ainda que a maioria da população afectada pelas cheias e inundações naquela província é oriunda dos distritos de Chókwe e Guijá, tendo perdido quase tudo, incluindo residências e gado bovino.

Segundo Talapa, a partir de segunda-feira (26/1), estarão disponíveis, no edifício da Assembleia da República, caixas destinadas à recolha de bens alimentares não perecíveis, vestuário e utensílios de uso doméstico, para que deputados, funcionários e o público em geral possam contribuir em solidariedade com as vítimas das cheias e inundações.

Recorde-se que a campanha de solidariedade da Assembleia da República teve início com uma contribuição dos deputados, que permitiu angariar cerca de 2,7 milhões de meticais, já canalizados ao Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres.

Para atender à demanda acumulada

INATRO AUMENTA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE CARTAS DE CONDUÇÃO



A capacidade de produção passará das actuais 750 para cerca de 1.500 cartas por dia

O Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários (INATRO) anunciou, na terça-feira (27), o aumento da produção de cartas de condução, com a introdução de uma segunda máquina de impressão, passando de 750 para 1.500 unidades por dia. Ademais, o instituto estenderá o seu funcionamento aos fins de semana, até 10 de março de 2026, para reduzir o acúmulo de 35 mil pedidos pendentes.

"Com estas acções, estão criadas as condições para nor-

malizar o processo de produção e impressão das cartas de condução, assegurando que o prazo de entrega não ultrapasse os três meses após a emissão da carta provisória, em conformidade com os padrões estabelecidos", refere a nota oficial.

O comunicado declara, ainda, que a implementação dessas medidas terá um impacto positivo na melhoria global dos serviços prestados pelo INATRO, nomeadamente na marcação e realização de exames teóricos e práticos de condução, no registo e emissão de livretes

de veículos automóveis e reboques, entre outros serviços.

O INATRO reforçou também a importância do "feedback" dos utentes, convidando-os a encaminhar sugestões e reclamações através das plataformas oficiais e das delegações provinciais, como forma de aprimorar os serviços prestados.

"O INATRO reafirma o seu compromisso com a melhoria contínua da qualidade dos serviços, apelando aos utentes para a canalização das suas reclamações e sugestões através

das plataformas oficiais e das delegações provinciais, instrumentos fundamentais para o aprimoramento da atuação institucional", frisa o Instituto.

Essas medidas são vistas como um passo importante para resolver o problema das longas esperas pela emissão das cartas de condução, que têm sido uma preocupação crescente entre os cidadãos. O INATRO espera que, com as novas acções, a percepção pública sobre a qualidade dos seus serviços melhore significativamente.

MOÇAMBIQUE ADOPTA NOVA METODOLOGIA DE PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO DE DESASTRES



Estamos convicto de que o projecto contribuirá de forma decisiva

O Governo lançou esta segunda-feira (27), em Maputo, a metodologia Grau de Urbanização (DEGURBA), uma nova abordagem para melhorar o planeamento urbano e a gestão de dados urbanos mais precisos e comparáveis. A iniciativa foi apresentada pelo Ministro da Administração Estatal e Função Pública, Inocêncio Impissa.

O Ministro anunciou que a DEGURBA foi desenvolvida para fornecer dados urbanos mais precisos e comparáveis, essenciais para o planeamento territorial.

"A abordagem DEGURBA oferece uma metodologia pa-

dronizada e reconhecida internacionalmente, que permite classificar o território em cidades, áreas urbanas intermédias e áreas rurais, com base em critérios objectivos de densidade populacional e contiguidade espacial", declarou o Ministro, explicando que, esta abordagem ultrapassa as limitações administrativas tradicionais e permite uma leitura mais realista da dinâmica urbana.

Impissa destacou a importância de usar informações credíveis para enfrentar os desafios do crescimento urbano acelerado e planejar de maneira mais eficiente.

"Actualmente, é cada vez mais evidente que, a governa-

ção do território requer dados fiáveis, desagregados, comparáveis e oportunos", disse.

A recente tragédia das cheias que afectou várias províncias do país foi também mencionada. Impissa destacou que a metodologia DEGURBA ajudará a identificar áreas de risco e melhorar a resposta rápida a desastres naturais.

"Estamos convictos de que o projecto contribuirá de forma decisiva, para o reforço das capacidades institucionais nacionais e locais, para a harmonização das definições Urbanas-rurais, dos graus de urbanização e para a promoção de um planeamento territorial mais eficaz, equilibrado e in-

clusivo, em plena consonância com as prioridades nacionais de desenvolvimento", frisou.

A implementação da DEGURBA conta com o apoio de organizações internacionais como o ONU-Habitat e a Comissão Europeia, que têm fornecido operação técnica e financiamento.

Por sua vez, O Chefe do Escritório Nacional do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), Sandra Roque, avançou que o propósito central da aplicação da metodologia DEGURBA em Moçambique é criar uma base técnica e objectiva para classificar o que é urbano, periurbano e rural, utilizando

dados que captam com maior rigor, onde as pessoas vivem e como o território está efectivamente ocupado.

"Esta abordagem permite refinar os dados do Censo Populacional, transformando-os em informação territorial útil para o planeamento e políticas públicas", referiu a representante da UN-Habitat.

O projecto integra, igualmente, uma iniciativa estratégica de apoio à implementação da Política de Urbanização, aprovada pelo Conselho de Ministros em Abril de 2024, que estabelece uma visão transformadora para a gestão do crescimento urbano enquanto motor do desenvolvimento socio-económico nacional.

Para Sandra Roque, a introdução de um quadro inovador de classificação territorial baseado em dados, com a abordagem Grau de Urbanização (DE-GURBA), vai contribuir directamente para a operacionalização dessa Política de Urbanização de Moçambique, permitindo que decisões sobre investimentos, alocação de recursos, loca-

lização de serviços e o uso do solo sejam tomadas com base num conhecimento mais substanciado da realidade territorial.

"Esta iniciativa conta com especialistas vindos da sede do UN-Habitat em Nairobi e da Comissão Europeia, que irão trabalhar directamente com as equipas técnicas nacionais nos próximos dias", avançou.

"É URGENTE PLANEAR MELHOR E INVESTIR COM CONHECIMENTO SÓLIDO PARA ENFRENTAR RISCOS CLIMÁTICOS"

O Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), Fernando Rafael, destacou a necessidade urgente de um planeamento mais eficaz e sustentável para enfrentar os riscos climáticos no país.

O Dirigente sublinhou que a actual época chuvosa, que tem causado cheias e inundações em várias regiões, expõe a vulnerabilidade das infra-estruturas e da população moçambicana, especialmente em áreas urbanas e periurbanas.

"É urgente planear melhor, ocupar o território de forma mais informada e investir com base em conhecimento sólido", afirmou, alertando que a expansão desordenada e a ocupação inadequada do solo aumentam consideravelmente os riscos climáticos.

A Política de Urbanização, aprovada em 2024, foi apontada pelo ministro como um marco fundamental para o futuro das cidades moçambicanas. E ressaltou que a política visa promover um crescimento urbano ordenado, inclusivo e resiliente, alinhado com as necessidades do país e os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

O Ministro também abordou a importância da terra infra-estruturada como um dos pilares essenciais para um desenvolvi-



A sua adopção permitirá ao Governo ter uma base técnica robusta para o planeamento territorial

mento territorial equilibrado. "A disponibilização de parcelas devidamente infra-estruturadas, com acesso a vias, água, saneamento, energia e equipamentos sociais, é fundamental para conter a expansão urbana informal e garantir o acesso digno à habitação", destacou.

Em relação à abordagem DEGURBA, uma metodologia internacional para análise de zonas urbanas e rurais, o ministro frisou que a sua adopção permitirá ao Governo de Moçambique ter uma base técnica robusta para o planeamento territorial, fortalecendo a coe-

rência das políticas públicas e orientando os investimentos de forma mais eficiente. "O DEGURBA oferece uma metodologia objectiva e comparável para classificar os graus de urbanização, o que é essencial para a tomada de decisões mais informadas", afirmou.

Projectos estruturantes de urbanização estão em andamento em diversas regiões do país, com destaque para Maputo, Inhambane, Niassa e Zambézia, que visam proporcionar cidades mais bem planeadas, socialmente inclusivas e resilientes. Esses projectos es-

tão alinhados com o Programa Quinquenal do Governo 2025-2029, que prioriza o ordenamento territorial, a urbanização sustentável, a habitação digna e a resiliência climática como pilares do desenvolvimento nacional.

O Ministro reiterou a total disposição do Ministério das Obras Públicas para colaborar estreitamente com outras entidades governamentais e parceiros internacionais para garantir a implementação eficaz da Política de Urbanização e o desenvolvimento de um território mais equilibrado e resiliente.

VODACOM CANALIZA 10 MILHÕES DE METICAIS PARA ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DAS CHEIAS



O montante será aplicado em iniciativas de apoio alimentar

A empresa de telefonia móvel Vodacom Moçambique anunciou, na manhã desta terça-feira (27/1), a disponibilização de 10 milhões de meticais para apoiar a resposta humanitária às vítimas das cheias que afectam várias regiões do país. A iniciativa insere-se no âmbito das acções de solidariedade em curso, com vista a mitigar os impactos das chuvas intensas.

O montante será aplicado em iniciativas de apoio alimentar, distribuição de bens de primeira necessidade, fornecimento de kits de higiene pessoal e reforço da conectividade de emergência, em coordenação com as autoridades competentes e parceiros de resposta humanitária.

Como parte deste compro-

misso, a Fundação Vodacom iniciou ontem (26) a entrega de cerca de 20 toneladas de produtos alimentares, bens essenciais e medicamentos ao Governo da Província de Gaza. A acção, coordenada com o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), destina-se a apoiar as famílias afectadas naquela região.

Em paralelo, a Fundação lançou duas campanhas de angariação de donativos para complementar a assistência em curso. A primeira, em parceria com o M-Pesa, visa mobilizar fundos para a aquisição de cabazes alimentares a serem distribuídos no âmbito da iniciativa "Chuva de Afectos". Por cada cabaz angariado, a Fundação compromete-se a oferecer outro.

A segunda campanha con-

siste numa recolha interna de donativos entre os colaboradores da Vodacom, destinados aos centros de acolhimento temporários da Província de Maputo.

No âmbito das acções sociais, a Fundação Vodacom prevê ainda a entrega de mil kits de higiene pessoal, contendo produtos essenciais, em resposta ao apelo da Primeira-Dama da República, Gueta Chapo, com o objectivo de reforçar a protecção e a dignidade de mulheres e raparigas nos centros de acolhimento.

No domínio das comunicações, encontra-se já no país uma missão do Instant Network Emergency Response (INER), uma iniciativa global da Fundação Vodafone, liderada localmente pela Fundação Vodacom. O objectivo é resta-

belecer rapidamente os serviços de comunicação nas zonas afectadas, através da disponibilização gratuita de voz, SMS e internet.

Paralelamente, e em articulação com a autoridade reguladora e as restantes operadoras, a Vodacom disponibilizou um pacote SOS gratuito para os clientes das áreas afectadas, incluindo minutos para todas as redes, dados móveis e mensagens curtas.

A Vodacom Moçambique reafirma que continua a acompanhar de perto a evolução da situação no terreno, reforçando o seu compromisso de contribuir para a recuperação das comunidades afectadas e para a reposição da normalidade e da dignidade das populações atingidas pelas cheias.

A três dias do fim do contracto

DESPORTISTAS DIVERGEM QUANTO À CONTINUIDADE DE CHIQUINHO CONDE NOS MAMBAS



O contracto entre Chiquinho Conde e FMF termina este sábado

A Selecção Nacional de Futebol, os Mambas, sob o comando de Chiquinho Conde, alcançaram um feito histórico na 35.^a edição do Campeonato Africano das Nações (CAN), realizada em Marrocos, de 21 de Dezembro de

2025 a 18 de Janeiro de 2026. A selecção moçambicana conquistou a sua primeira vitória na prova e garantiu, pela primeira vez, o apuramento para os oitavos-de-final da competição, ao terminar como um dos quatro melhores terceiros classificados entre os seis grupos.

Entretanto, o contracto de trabalho entre o Seleccionador Nacional e a Federação Moçambicana de Futebol (FMF) termina no próximo dia 31 de Janeiro, sábado, e, até ao momento, permanece indefinido o futuro do técnico no comando dos Mambas.

Apesar da proximidade do fim do vínculo, nem a FMF nem o próprio Chiquinho Conde se pronunciaram oficialmente sobre a eventual continuidade. Questionado sobre o assunto, o técnico mostrou-se cauteloso, limitando-se a afirmar que o seu contracto termina no final



PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
N.º 780, 1.º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo N.º 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: Mendes J. Mutenda

Coordenador Editorial: Celeste Manganhela: +258 84 948 4695

Chefe de Repartição de Informação: Pedro Chaguala +258 84 772 7717

Revisor: Isaura Joannis: +258 82 372 8988

Redacção: Daniel Athathe, Neide Nhone, Virgínia Chemane e Vasco Mazive

Maquetização e Fotografia: Januário Magaia, Jone Njanje e Pedro Chaguala

do mês de Janeiro.

Apesar da eliminação de Moçambique nos oitavos-de-final, frente à poderosa Nigéria, por 4-0, os desportistas nacionais são praticamente unânimes em considerar que, desde que Chiquinho Conde assumiu o comando técnico da selecção, em 2021, criou bases sólidas que justificam a sua continuidade, sobretudo tendo em conta a proeza alcançada no último CAN.

Arnaldo Ouana, antigo jogador do Costa do Sol e da Selecção Nacional, defende que, olhando para os resultados, existem fortes probabilidades de renovação do contracto.

"Se fizermos uma análise profunda do trabalho desenvolvido desde que assumiu o cargo de Seleccionador Nacional, há chances de ele renovar", afirmou.

Ouana sublinhou ainda que, embora a decisão não depen-

da exclusivamente do técnico, a renovação deverá também considerar a sua vontade pessoal.

"Chiquinho só não deverá renovar se tiver outros projectos, planos pessoais ou propostas mais vantajosas que o impeçam de continuar à frente da selecção. Fora isso, há mais do que condições para a renovação", frisou.

Reconheceu, igualmente, alguma inconsistência na abordagem de determinadas partidas, mas considerou que tal não deve "beliscar" o trabalho realizado nem influenciar negativamente uma possível renovação.

"Todos erram, e não nos podemos esquecer de que já participámos em vários CAN's com diferentes treinadores e nenhum alcançou o feito conseguido por Chiquinho Conde", concluiu, assegurando que, se dependesse dele, o técnico continuaria no cargo.



Pelo seu desempenho Chiquinho deve permanecer

"É PREMATURO AFIRMAR SE HAVERÁ UM NOVO CONTRACTO"



As partes devem chegar a um acordo para um novo contracto

Por sua vez, o jornalista desportivo Castro Jorge entende que ainda é prematuro afirmar se Chiquinho Conde continuará ou não ao serviço da Selecção Nacional, uma vez que o vínculo actual com a FMF será integralmente cumprido.

"Não se trata propriamente de renovar ou não, porque o contracto anterior, que incluía uma cláusula de renovação, será cumprido na íntegra. O que poderá ocorrer é a celebração de um novo contracto", explicou.

Castro Jorge salientou que, para a concretização de um novo vínculo, ambas as partes, FMF e Chiquinho Conde, terão de chegar a um entendimento, o que passará pela definição de novas aspirações e objectivos a serem colocados ao técnico.

"Por sua vez, Chiquinho Conde também poderá impor as suas próprias condições para aceitar um novo contracto com a Federação Moçambicana de Futebol", acrescentou.

Castro Jorge acredita que, até ao dia 31 de Janeiro, não haverá uma decisão definitiva, dado que existem ainda vários aspectos a serem discutidos. Referiu, igualmente, que as negociações poderão prolongar-se, tendo em conta que a Selecção Nacional só volta a competir a meio do ano, para além das questões financeiras envolvidas.

"É possível que exista uma espécie de compasso de espera, como forma de pressionar Chiquinho Conde a rever ou reduzir algumas das condições que venha a apresentar", concluiu.

Manica e Sofala voltam a estar ligadas

RESTABELECIDO O TRÂNSITO ENTRE MACOSSA E GORONGOSA



A província de Manica tem demonstrado capacidade de resposta rápida às calamidades naturais

Depois de quase duas semanas, interrompido devido à subida dos caudais dos rios Vunduzi e Muadzi, provocada pelas chuvas intensas, foi retomada, a circulação na via que liga os distritos de Macossa, na província de Manica, e Gorongosa, na província de Sofala.

A interrupção afectou cerca de nove mil habitantes das localidades de Nhacassoro, no distrito de Macossa, e do posto administrativo de Canda, em Gorongosa. Graças à intervenção do Governo, que alocou uma embarcação, foi possível res-

tabelecer a travessia e garantir novamente o trânsito entre as duas margens.

A informação foi partilhada, em Chimoio, pela Governadora da província de Manica, Francisca Tomás, durante a reunião do Centro Operativo de Emergência.

Na ocasião, a governadora referiu que a retoma da travessia representa um grande alívio para a população da localidade de Nhacassoro, permitindo a normalização da circulação entre os dois distritos.

Por sua vez, Basílio Muhate, Ministro da Economia e mandatário do Presidente da República

para a monitoria da situação de emergência em Manica, elogiou a actuação do Governo local na assistência às populações afectadas.

Muhate destacou ainda que a província de Manica tem demonstrado capacidade de resposta rápida às calamidades naturais, sublinhando a importância do acompanhamento contínuo das áreas mais vulneráveis.

"A província de Manica apresenta situações que exigem acompanhamento permanente e prioridade às populações que necessitam de ajuda imediata. Apesar dos esforços positivos em curso, é fundamental o en-

volvimento de todos os sectores e uma atenção constante ao que acontece no terreno", afirmou.

Em outro desenvolvimento, o governante disse sentir-se mais calmo ao constatar que, apesar das chuvas intensas que se fazem sentir na província e noutras regiões do país, a produção agrícola não sofreu impactos significativos.

Basílio Muhate recomendou, igualmente, a elaboração e implementação de um plano de contingência, para reduzir os impactos da época chuvosa, que ainda se mantém, e evitar que mais distritos venham a ser afectados.